

CONSELHO ECONÓMICO SOCIAL

OS “SLIDES” UTILIZADOS NA AUDIÇÃO

A Produtividade do Trabalho *(análise redutora e parcial)* **VS Produtividade Multifatorial ou Total**
(a produtividade não depende apenas do trabalhador)
Os baixos Salários estão a contribuir/impedir a reestruturação da economia para cadeias de valor mais elevado *na medida que são a causa da fuga para o estrangeiro dos trabalhadores mais qualificados*

EUGÉNIO ROSA

ECONOMISTA

edr2@netcabo.pt

www.eugeniorosa.com

A JUSTIFICAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DESTES “SLIDES”

- A Comissão Especializada sobre o Crescimento Económico e Social (CECES) do Conselho Económico e Social está a elaborar um “Parecer sobre a produtividade e Qualidade do emprego em Portugal” . E fui convidado para, numa audição “, *dar a minha perspetiva sobre este tema para que desta forma possam auxiliar o CES*”, como consta do convite.
- Na versão do documento de trabalho que o seu relator tinha elaborado e que me foi enviada, embora o tema do parecer fosse a “produtividade”, o documento estava fundamentalmente centrado na “produtividade do trabalho” que é um conceito parcial e redutor pois a produtividade não depende apenas do trabalhador, mas de um conjunto de fatores que vai desde os equipamentos, os materiais, etc., em que o trabalhador é apenas um entre muitos. Esta abordagem que impera nas escolas e livros de economia pode levar a conclusões erradas, de que a produtividade depende apenas do trabalhador e quando é baixa, como acontece em Portugal, a culpa é do trabalhador. Este conceito redutor também impede que se identifiquem as principais causas da baixa produtividade.
- Na intervenção que fiz na audição, utilizando estes “slides”, a que acrescentei mais alguns dados para responder a questões levantadas durante a audição, procurei desmontar esta interpretação tecnicamente errada e que pode ser manipuladora .
- Nestes “slides” com dados sobre a realidade portuguesa (INE) procuro também mostrar a diferença entre “produtividade “ (*criação de riqueza*) e repartição/distribuição de riqueza que, por vezes, é confundida. Poder haver criação de mais riqueza sem repartição justa, e o inverso também: melhor distribuição sem criação de mais riqueza. São 2 coisas diferentes que interessa não confundir. Divulgo estes “slides” porque penso que os dados que contém sobre a realidade portuguesa poderão ser úteis para a reflexão dos leitores sobre uma matéria importante para todos, pois determinam as nossas condições de vida.

A PRODUTIVIDADE DEPENDE DE MÚLTIPLOS FATORES E NÃO APENAS DO TRABALHADOR

- A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO é um conceito **parcial** que pode induzir em erro pois pode levar a pensar que a razão de baixa produtividade está no trabalhador, impedindo que se identifiquem todas as causas para se poder atuar sobre elas . Apesar de ser um conceito tecnicamente incorreto é aquele que, por razões de classe, é mais utilizado pois facilmente leva à culpabilização do trabalhador pela baixa produtividade
- O conceito que é tecnicamente mais correto e que deve ser utilizado e estudado, embora seja mais difícil de calcular, é a PRODUTIVIDADE MULTIFATORIAL OU TOTAL pois a criação da riqueza depende não só da qualificação, competências e empenhamento do trabalhador, mas também dos instrumentos (*equipamentos*) que utiliza (*o chamado stock de capital líquido por trabalhador*), dos materiais que consome, da energia que usa, da organização e gestão da empresa, da inovação, do contexto sociopolítico e até do subsetor da atividade económica em que a empresa está, pois há subsetores que, pelas suas características, a produtividade é mais elevada e quanto maior for o seu peso na economia maior será a produtividade no país (*equipamento elétrico VS turismo*)

O AUMENTO DA “PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO” EM PORTUGAL É MUITO BAIXA, EM ALGUNS ANOS NEGATIVA, ANTES DE ENTRAR NO EURO (2000/2002), E TAMBÉM NO PERÍODO APÓS ENTRAR , POR EX. 2011/2022 (a preços constantes de 2016) Utilizamos o VAB e não o PIB pois este tem (+) impostos e (-) subsídios, que condicionam o seu valor e no VAB os impostos e subsídios não são considerados

ANOS	VAB a preços de base - dados encadeados em volume-ano ref.=2016 - Milhões € - INE	Total de emprego 1000 INE	Total dos trabalhadores remunerados 1000 - INE	"PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO			
				VAB/em-pregado (pro	VAB/remu-nerado	Varição anual VAB/emprega do	Varição anual VAB/remune-rado
2000	151 454	5 042	4 029	30 039 €	37 595 €	1,5%	1,5%
2001	154 832	5 130	4 091	30 181 €	37 849 €	0,5%	0,7%
2002	155 873	5 150	4 133	30 267 €	37 715 €	0,3%	-0,4%
2011	162 747	4 777	3 985	34 071 €	40 836 €	1,0%	1,0%
2012	157 434	4 581	3 795	34 363 €	41 480 €	0,9%	1,6%
2013	156 463	4 450	3 711	35 159 €	42 160 €	2,3%	1,6%
2014	156 950	4 513	3 787	34 777 €	41 444 €	-1,1%	-1,7%
2015	159 373	4 576	3 876	34 829 €	41 114 €	0,1%	-0,8%
2016	161 993	4 650	3 968	34 838 €	40 829 €	0,0%	-0,7%
2017	167 316	4 803	4 112	34 839 €	40 691 €	0,0%	-0,3%
2018	171 838	4 914	4 212	34 969 €	40 794 €	0,4%	0,3%
2019	176 375	4 953	4 260	35 611 €	41 401 €	1,8%	1,5%
2020	162 645	4 865	4 198	33 434 €	38 744 €	-6,1%	-6,4%
2021	170 539	4 959	4 275	34 392 €	39 895 €	2,9%	3,0%
2022	181 289	5 059	4 417	35 832 €	41 045 €	4,2%	2,9%

A “PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO” É MUITA BAIXA EM PORTUGAL PORQUE O STOCK DE CAPITAL LIQUIDO POR EMPREGADO É MENOS DE ½ DA ZONA EURO E POUCO SUPERIOR

A ½ DA MÉDIA DA U.E.– AMECO— Como será possível obter e aumentar a produtividade por trabalhador quando o “stock de capital liquido” (*equipamentos e tecnologia*) por trabalhador tem diminuído desde 2013? Como será possível aumentar a produtividade sem investir?

ANO	Zona Euro (ZE)-1000€	U.E.-1000€	Portugal (PT)-1000€	% PT/ZE	% PT/U.E.
2000	187,1	156,5	86,9	46,4%	55,5%
2001	189,2	159	89,2	47,1%	56,1%
2002	191,7	162,6	92,1	48,0%	56,6%
2010	213,1	183,7	115,2	54,1%	62,7%
2011	215,2	185,9	117,8	54,7%	63,4%
2012	218,4	188,5	122,0	55,9%	64,7%
2013	221,2	190,9	124,6	56,3%	65,3%
2014	220,8	190,6	121,9	55,2%	64,0%
2015	220,2	190,5	119,5	54,3%	62,7%
2016	218,9	190,0	116,9	53,4%	61,5%
2017	217,8	189,2	113,0	51,9%	59,7%
2018	216,7	189,0	110,5	51,0%	58,5%
2019	217,0	190,0	109,8	50,6%	57,8%
2020	225,8	197,2	111,6	49,4%	56,6%
2021	221,4	194,3	109,7	49,5%	56,5%
2022	218,2	192,6	107,8	49,4%	56,0%

O INVESTIMENTO (FBCF) EM % DO PIB (TOTAL, PUBLICO E PRIVADO) EM PORTUGAL NOS ÚLTIMOS 11 ANOS TEM SIDO INFERIOR À MÉDIA DA U.E. E DA ZONA EURO – Eurostat- Como se poderá assim aumentar a produtividade e subir nas cadeias de valor mais elevado sem investir ? Como se poderá assim convergir para a média da U.E.?

ANO Eurostat	FBCF TOTAL - % do PIB			FBCF PUBLICO - % do PIB			FBCF PRIVADO - % do PIB		
	U.E. - 27	Zone euro - 20	Portugal	U.E. - 27	Zone euro - 19	Portugal	U.E. - 27	Zone euro - 19	Portugal
2011	20,8	20,6	18,4	3,2	3,2	3,5	17,6	17,4	14,9
2012	20,3	20,1	15,8	3,0	3,0	2,5	17,3	17,1	13,3
2013	19,8	19,5	14,8	2,9	2,9	2,2	16,9	16,6	12,6
2014	19,8	19,5	15	2,7	2,7	2,0	17,1	16,8	13,0
2015	20,2	19,9	15,5	2,8	2,8	2,3	17,4	17,1	13,2
2016	20,4	20,3	15,5	2,6	2,6	1,5	17,8	17,7	14,0
2017	20,8	20,6	16,8	2,6	2,6	1,8	18,2	18,0	15,0
2018	21,2	21	17,5	2,7	2,7	1,8	18,5	18,3	15,7
2019	22,2	22,2	18,1	2,8	2,8	1,8	19,4	19,4	16,3
2020	22,1	21,9	19,2	3,0	3,0	2,3	19,1	18,9	16,9
2021	22,1	22	20,3	3,0	3,0	2,6	19,1	19,0	17,7
2022	22,8	22,7	20,3	3,0	3,0	2,5	19,8	19,7	17,8
MEDIA	21,0	20,9	17,3	2,9	2,9	2,2	18,2	18,0	15,0

NOS ÚLTIMOS 11 ANOS O NOVO INVESTIMENTO (FBCF) EM PORTUGAL NEM FOI SUFICIENTE PARA COMPENSAR AQUELE QUE DESAPARECEU DEVIDO AO USO E OBSOLESCENCIA (CONSUMO DE CAPITAL FIXO) SEGUNDO O INE :- a situação é dramática a nível de investimento público que sofreu cortes brutais devido às regras impostas pela entrada na Zona Euro , e à “política de contas certas do governo” de reduzir o défice e a dívida pública a um ritmo superior ao dos outros países da U.E., o que causou a degradação dos equipamentos e serviços públicos agravado pelos baixos salários

ANO	FBCF e CCF TOTAL-M€		FBCF e CCF PUBLICO-M€			FBCF e CCF privado-M€		
	FBCF	CONSUMO CAPITAL FIXO	FBCF	CONSUMO CAPITAL FIXO	SALDO	FBCF	CONSUMO CAPITAL FIXO	SALDO
2012	26 426	30 168	4 271	5 214	-943	22 154	24 954	-2 800
2013	24 947	29 630	3 686	5 241	-1 555	21 261	24 389	-3 128
2014	26 506	30 215	3 525	5 097	-1 571	22 981	25 118	-2 137
2015	28 494	30 986	3 857	5 216	-1 359	24 637	25 769	-1 132
2016	29 526	32 137	2 737	5 266	-2 529	26 789	26 871	-82
2017	33 755	33 853	3 415	5 341	-1 925	30 340	28 513	1 827
2018	37 529	36 016	3 790	5 468	-1 677	33 739	30 549	3 190
2019	39 643	37 817	4 015	5 541	-1 527	35 629	32 276	3 353
2020	38 332	39 544	4 455	5 689	-1 234	33 878	33 854	23
2021Po	44 265	42 101	5 297	5 915	-618	38 968	36 186	2 782
2022Pe	49 349	47 001	5 911	6 691	-779	43 437	40 310	3 127
2012-22	378 772	389 468	44 959	60 678	-15 719	333 813	328 790	5 023
SALDO (FBCF-CCF)		-10 696		-15 719			5 023	

A REDUÇÃO DO DÉFICE ORÇAMENTAL EM PORTUGAL A UM RITMO 8,5 VEZES SUPERIOR À REDUÇÃO MÉDIA NA U.E., E 9 VEZES SUPERIOR AO RITMO DE REDUÇÃO NA ZONA EURO, ESTÁ A CAUSAR A DESTRUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COM EQUIPAMENTOS E SALÁRIOS CADA VEZ MAIS DEGRADADOS, E A CRIAR GRAVES OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO ECONÓMICO E AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS (só o governo e seus defensores não veem isso)

DÉFICE ORÇAMENTAL EM PORCENTAGEM (%) DO PIB- Eurostat

ANO	União Europeia	Zona Euro	Portugal
2013	-3,0	-3,1	-5,1
2014	-2,4	-2,5	-7,4
2015	-1,9	-2,0	-4,4
2016	-1,4	-1,5	-1,9
2017	-0,8	-0,9	-3
2018	-0,4	-0,4	-0,3
2019	-0,5	-0,6	0,1
2020	-6,7	-7,1	-5,8
2021	-4,8	-5,3	-2,9
2022	-3,4	-3,6	-0,4

OS CUSTOS/HORA DA MÃO DE OBRA (*salariais + não salariais*)

EM PORTUGAL, NA U.E E NA ZONA EURO – Eurostat

Os salários em Portugal são metade ou menos de metade da média da U.E. e da Zona Euro, o que está a determinar a fuga para o estrangeiro de trabalhadores com maiores qualificações e competências, e os que ficam no país são mal pagos e muitos estão em postos de trabalho pouco qualificados. Isto também dificulta ou mesmo impede o aumento da produtividade e a subida na cadeia de valor no nosso país

ANO	U.E. - 27	Zone euro - 19	Portugal	PT/U.E.	PT/Zona Euro
2008	21,6 €	25,1 €	12,2 €	56,5%	48,6%
2012	24,4 €	28,3 €	13,3 €	54,5%	47,0%
2016	25,6 €	29,4 €	13,6 €	53,1%	46,3%
2020	28,6 €	32,4 €	15,1 €	52,8%	46,6%
2021	29,0 €	32,8 €	15,4 €	53,1%	47,0%
2022	30,5 €	34,3 €	16,1 €	52,8%	46,9%

PORTUGAL “EXPORTA” TRABALHADORES QUALIFICADOS E “IMPORTA” TRABALHADORES NÃO QUALIFICADOS: em Portugal entre 2015 e 2022, o emprego aumentou em 360.000, os trabalhadores com idade 25-44 anos, na maioria os mais qualificados e mais produtivos, diminuíram em 122.100, enquanto os com idade 45-64 anos aumentaram em 490.600. Devido à reduzida criação de emprego qualificado o aumento de emprego dos trabalhadores com o ensino superior (+561.200 de 2015/2022) foi principalmente para ocupar postos de trabalho onde estavam trabalhadores com ensino básico (-588.600) ou outros de baixa qualificação e a remuneração dos com ensino superior que ficaram no país diminuiu

Portugal	2015	2016	2017	2018	2019	2018	2019	2020	2021	2022	VARIAÇÃO emprego 2015/2022
	Milhares de indivíduos - INE										
População empregada	4 548,7	4 605,2	4 756,6	4 866,7	4 913,1	4 718,7	4 776,2	4 683,7	4 812,3	4 908,7	360,0
Dos 15/16 aos 24 anos	251,5	262,4	282,6	296,4	305,3	296,0	304,4	255,8	249,8	273,3	21,8
Dos 25 aos 34 anos	942,0	923,1	933,0	939,8	935,6	938,9	934,5	899,5	888,5	915,0	-27,0
Dos 35 aos 44 anos	1 295,9	1 308,1	1 306,8	1 303,1	1 292,5	1 299,8	1 290,8	1 238,6	1 236,0	1 200,8	-95,1
Dos 45 aos 64 anos	1 819,7	1 877,6	1 993,0	2 075,6	2 119,5	2 036,9	2 082,6	2 130,7	2 248,4	2 310,3	490,6
Dos 65 e mais anos	239,6	234,0	241,2	251,7	260,2	147,2	163,8	159,2	189,7	209,4	-30,2
Nível de escolaridade completo											
Até ao básico - 3.º ciclo	2 282,2	2 227,4	2 263,8	2 233,7	2 133,7	2 092,5	2 005,0	1 838,8	1 710,4	1 693,6	-588,6
Secundário e pós-secundário	1 133,2	1 182,1	1 260,3	1 329,0	1 405,2	1 324,5	1 399,2	1 396,1	1 452,3	1 520,6	387,4
Superior	1 133,3	1 195,8	1 232,5	1 304,0	1 374,1	1 301,7	1 371,9	1 448,8	1 649,6	1 694,5	561,2

ENTRE O 1º TRIMESTRE DE 2022 EO 1º TRIMESTRE DE 2023, O EMPREGO DIMINUIU NAS **PROFISSÕES MAIS QUALIFICADAS E AUMENTOU NAS **PROFISSÕES MENOS QUALIFICADAS****

PORTUGAL - Dados do INE	Valor trimestral		Variação do emprego
	1T-2022	1T-2023	Entre 1ºT 2022 e 1ºT 2023
	Milhares		Milhares
POPULAÇÃO EMPREGADA	4 900,9	4 924,7	23,8
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	1 191,4	1 116,5	-74,9
Técnicos e profissões de nível intermédio	625,6	507,9	-117,7
Pessoal administrativo	499,6	466,3	-33,3
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	828,0	932,7	104,7
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	106,7	111,8	5,1
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	579,1	644,2	65,1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	365,1	419,1	54,0
Trabalhadores não qualificados	351,3	413,9	62,6

O PESO REDUZIDO DAS EMPRESAS DE ALTA E MÉDIA-ALTA TECNOLOGIA E MESMO DE BAIXA E MÉDIA-BAIXA TECNOLOGIA EM PORTUGAL – a alteração na estrutura produtiva (perfil produtivo) do país para maior intensidade tecnológica e valor acrescentado foi muita reduzida e insuficiente – INE

Desagregação	ANO	Sociedades N°	Pessoal ao serviço	Volume de negócios-1000€	Valor acrescentado bruto (VAB) -1000€
Total das sociedades não financeiras	2021	468 746	3 308 335	415 774 967	101 956 288
	2020	450 416	3 215 636	357 736 237	87 692 015
	2019	438 959	3 259 007	396 821 660	96 828 657
	2012	363 611	2 695 317	310 680 000	70 038 000
	2011	360 588	2 863 552	329 965 000	75 563 000
	2010	360 279	2 935 468	336 850 000	80 557 000
Indústrias de alta e média-alta tecnologia	2021	4 229	133 123	28 054 216	5 871 191
	2020	4 081	130 801	24 247 419	5 164 542
	2019	4 011	132 550	27 327 370	5 386 371
	2012	3 617	100 540	19 740 000	3 739 000
	2011	3 714	103 171	20 841 000	4 031 000
	2010	3 754	103 171	19 028 000	4 100 000
	2021	0,9%	4,0%	6,7%	5,8%
	2020	0,9%	4,1%	6,8%	5,9%
	2019	0,9%	4,1%	6,9%	5,6%
	2012	1,0%	3,7%	6,4%	5,3%
	2011	1,0%	3,6%	6,3%	5,3%
	2010	1,0%	3,5%	5,6%	5,1%
	Indústrias de baixa e média-baixa tecnologia	2021	36 503	562 148	74 078 436
2020		35 833	554 499	61 526 968	15 704 950
2019		36 868	577 293	69 728 750	17 174 337
2021		7,8%	17,0%	17,8%	18,4%
2020		8,0%	17,2%	17,2%	17,9%
2019		8,4%	17,7%	17,6%	17,7%

PIB POR EMPREGADO E CUSTOS (salariais + não salariais) COM MÃO DE OBRA POR HORA NA U.E., NA ZONA EURO E EM PORTUGAL (em Portugal ½ da U.E. e menos de ½ dos da a Z.E.). - ESTIMATIVA DO AUMENTO MÍNIMO DOS SALÁRIOS EM PORTUGAL (+21,7% em 2022) PARA QUE O CUSTO DA MÃO DE OBRA EM % DOS DA U.E. DA ZONA EURO FOSSE IGUAL À % QUE O PIB POR EMPREGADO EM PORTUGAL REPRESENTA DO DA U.E. OU DO DA ZONA EURO

ANO	PIB POR EMPREGADO - Eurostat					CUSTOS (salariais+ não salariais) MÃO DE OBRA/hora- Eurostat					Custo de mão obra/ hora em Portugal para ser igual à % que PIB empregado Portugal representa da U.E. ou da Zona Euro	AUMENTO MÍNIMO NECESSÁRIO DO CUSTO MÃO OBRA/HORA EM PORTUGAL
	U.E. - 27	Zona Euro	Portugal (PT)	% PT/U.E.	PT/ Zona euro	U.E. - 27	Zona euro	Portugal (PT)	PT/U.E	PT/ Zona Euro		
2015	67 456 €	75 882 €	42 779 €	63,4%	56,4%	25,6 €	29,4 €	13,6 €	53,1%	46,3%	16,6 €	21,8%
2020	72 059 €	80 110 €	44 599 €	61,9%	55,7%	28,6 €	32,4 €	15,1 €	52,8%	46,6%	18,0 €	19,5%
2021	76 678 €	84 856 €	46 693 €	60,9%	55,0%	29,0 €	32,8 €	15,4 €	53,1%	47,0%	18,0 €	17,0%
2022	81 725 €	89 690 €	51 208 €	62,7%	57,1%	30,5 €	34,3 €	16,1 €	52,8%	46,9%	19,6 €	21,7%

A PERDA DE IMPORTANCIA DA AGRICULTURA E INDÚSTRIA NA RIQUEZA CRIADA NO PAÍS (VAB TOTAL) E O AUMENTO DO PESO DO COMERCIO, DO SUBSETOR FINANCEIRO, SEGURADO E IMOBILIÁRIO, E DE “OUTRAS ATIVIDADES E SERVIÇOS” NÃO ESPECIFICOS NO VAB TOTAL -2000/2022 – O PERFIL PRODUTIVO DO PAÍS TEM-SE CONSOLIDADO E DESENVOLVIDO FUNDAMENTALMENTE EM ATIVIDADES DE BAIXA E MÉDIA BAIXA INTESIDADE TECNOLÓGICA (a industria perde peso)-INE

Anos	VAB EM MILHÕES DE EUROS									PERCENTAGEM QUE O VAB DE CADA SUBSETOR REPRESENTA DO VAB TOTAL							
	Agricultura, silvicultura e pesca	Indústria	Energia, água e saneamento	Construção	Comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração	Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	Outras atividades de serviços	VAB TOTAL a preços de base - dados encadeados em volume-ref.=2016	Agricultura % do VAB TOTAL	Industria % do VAB TOTAL	Energia, agua, sn. % do VAB TOTAL	Construção % do VAB TOTAL	Comercio % do VAB TOTAL	Transporte s e Armaz. % do VAB TOTAL	Ativ. Financ., seg. imob. % do VAB TOTAL	Outras ativ. E serviços % do VAB TOTAL
2000	3 639,5	23 160,6	5 788,1	13 746,0	27 171,4	10 684,4	23 992,1	43 271,7	151 453,8	2,4%	15,3%	3,8%	9,1%	17,9%	7,1%	15,8%	28,6%
2001	3 543,7	23 554,8	5 960,1	14 080,6	27 423,2	11 056,4	25 197,2	44 016,2	154 832,2	2,3%	15,2%	3,8%	9,1%	17,7%	7,1%	16,3%	28,4%
2002	3 687,0	23 355,3	5 980,6	13 466,1	27 464,0	11 439,9	25 675,6	44 804,4	155 873,0	2,4%	15,0%	3,8%	8,6%	17,6%	7,3%	16,5%	28,7%
2005	3 616,0	22 974,3	6 366,0	11 934,8	27 490,7	12 347,8	26 864,9	46 358,0	157 952,4	2,3%	14,5%	4,0%	7,6%	17,4%	7,8%	17,0%	29,3%
2010	3 582,7	22 054,8	6 946,4	9 426,9	28 805,6	14 035,2	31 202,6	48 347,8	164 402,0	2,2%	13,4%	4,2%	5,7%	17,5%	8,5%	19,0%	29,4%
2015	3 898,8	22 699,4	6 498,0	6 405,2	31 038,0	13 457,9	28 480,2	46 895,9	159 373,4	2,4%	14,2%	4,1%	4,0%	19,5%	8,4%	17,9%	29,4%
2016	3 852,5	23 198,2	6 323,1	6 523,4	32 193,6	13 451,5	28 597,4	47 853,7	161 993,3	2,4%	14,3%	3,9%	4,0%	19,9%	8,3%	17,7%	29,5%
2017	3 930,6	24 572,1	6 096,2	6 868,1	33 075,8	14 200,2	29 071,6	49 501,6	167 316,1	2,3%	14,7%	3,6%	4,1%	19,8%	8,5%	17,4%	29,6%
2018	3 889,0	25 439,8	6 620,2	7 118,3	33 888,6	14 766,2	29 404,5	50 711,3	171 837,9	2,3%	14,8%	3,9%	4,1%	19,7%	8,6%	17,1%	29,5%
2019	4 018,7	25 568,6	6 644,3	7 472,9	34 806,0	15 732,3	29 820,6	52 311,3	176 374,7	2,3%	14,5%	3,8%	4,2%	19,7%	8,9%	16,9%	29,7%
2020	3 887,1	23 757,0	6 091,1	7 476,6	28 666,7	13 784,7	29 437,7	49 544,1	162 645,1	2,4%	14,6%	3,7%	4,6%	17,6%	8,5%	18,1%	30,5%
2021	4 111,1	25 389,2	6 216,2	7 821,1	30 427,2	14 887,4	30 030,0	51 656,5	170 538,8	2,4%	14,9%	3,6%	4,6%	17,8%	8,7%	17,6%	30,3%
2022	3 993,1	26 085,5	6 267,4	7 889,7	35 577,7	16 682,3	30 424,5	54 368,8	181 289,0	2,2%	14,4%	3,5%	4,4%	19,6%	9,2%	16,8%	30,0%

OS LUCROS DAS EMPRESAS RECUPERARAM RAPIDAMENTE DA CRISE DO COVID (entre 2019/2021 aumentaram 27,5%, e os das grandes empresas +33,9%) ENQUANTO AS REMUNERAÇÕES TOTAIS SUBIRAM APENAS 7,8% - Em 2021 a “produtividade aparente do trabalho” nas grandes empresas era superior à das PME em 88,7% mas as remunerações eram superiores apenas em 25,2% - INE

ANO	Empres- as	Pessoal ao serviço	Pessoal remu- nerado	Remune- rações	Remuneração média mensal por trabalhador	Produtividade aparente do trabalho	Produtividade do trabalho ajustada ao salário	VAB _{pm}	Excedente bruto de exploração	Resultado líquido do período	% Remune- rações do VAB	% EBE do VAB	% dos lucros do VAB
	N.º	N.º	N.º	1000 euros	Euros/pessoa	1000€/pessoa	%	1000 euros	1000 euros	1000 euros	VAB		
PORTUGAL - TOTAL DE EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS - INE													
2021	1 340 614	4 224 339	3 234 235	51 483 602	1 137 €	26,34	128,31	108 514 516	44 881 771	31 932 487	47,4%	41,4%	29,4%
2020	1 301 000	4 140 136	3 178 285	47 437 136	1 066 €	23,21	121,23	94 186 512	35 251 786	19 405 274	50,4%	37,4%	20,6%
2019	1 318 330	4 225 538	3 249 414	47 774 245	1 050 €	24,74	129,78	104 417 694	42 596 997	25 082 475	45,8%	40,8%	24,0%
2019/2021	1,7%	0,0%	-0,5%	7,8%	8,3%	6,5%	-1,1%	3,9%	5,4%	27,3%	3,7%	1,4%	22,5%
PME													
2021	1 339 302	3 317 801	2 330 344	34 657 206	1 062 €	22,13	116,58	70 703 788	29 187 217	25 459 738	49,0%	41,3%	36,0%
2020	1 299 750	3 256 648	2 297 243	32 031 371	996 €	19,57	110,46	61 974 337	23 034 502	16 659 127	51,7%	37,2%	26,9%
2019	1 317 039	3 307 068	2 332 284	31 836 399	975 €	20,54	117,37	67 646 541	27 108 772	20 249 132	47,1%	40,1%	29,9%
2019/2021	1,7%	0,3%	-0,1%	8,9%	9,0%	7,7%	-0,7%	4,5%	7,7%	25,7%	4,2%	3,0%	20,3%
MICRO EMPRESAS													
2021	x	x	x	x		x	x	x	x	x			
2020	1 249 337	1 839 600	884 128	9 747 695	788 €	12,00	84,57	21 443 172	9 530 471	8 262 529	45,5%	44,4%	38,5%
2019	1 265 671	1 864 711	893 922	9 549 477	763 €	12,76	91,72	23 718 520	11 358 563	8 847 355	40,3%	47,9%	37,3%
2019/2020	-1,3%	-1,3%	-1,1%	2,1%	3,2%	-6,0%	-7,8%	-9,6%	-16,1%	-6,6%	12,9%	-7,2%	3,3%
GRANDES EMPRESAS													
2021	1 312	906 538	903 891	16 826 397	1 330 €	41,76	170,32	37 810 728	15 694 554	6 472 749	44,5%	41,5%	17,1%
2020	1 250	883 488	881 042	15 405 766	1 249 €	36,65	160,16	32 212 175	12 217 284	2 746 148	47,8%	37,9%	8,5%
2019	1 291	918 470	917 130	15 937 846	1 241 €	39,87	173,04	36 771 153	15 488 225	4 833 344	43,3%	42,1%	13,1%
2019/2021	1,6%	-1,3%	-1,4%	5,6%	7,1%	4,7%	-1,6%	2,8%	1,3%	33,9%	2,7%	-1,5%	30,2%

FONTE: INDICADORES ECONÓMICOS E PATRIMONIAIS DAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL, 2008-2021P- INE -Out. 2022

A DEGRADAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CAUSADA PELA POLITICA DE BAIXOS SALARIOS PARA REDUZIR O DÉFICE, CONSTITUI UM FORTE BLOQUEIO AO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E É UM INCENTIVO À MANUTENÇÃO DE BAIXOS SALARIOS EM TODO O PAÍS

- Na Administração Pública, devido a falta de trabalhadores qualificados e com as competências necessárias as decisões tardam e muitas vezes são deficientes o que é agravado pela burocracia existente herdada do passado e pela dependência de despachos de membros do governo muitos deles com reduzida competência e com pendor intervencionista. Tudo isto foi agravado pelo teletrabalho desorganizado que as chefias tendem a desvalorizar até porque muitas delas estão também em teletrabalho, mas cujas consequências a população sente pois é cada vez mais difícil obter uma resposta de um serviço público

- As consequências são visíveis. Um ex. : a nível de execução dos programas financiados pela U.E. : “*PORTUGAL 2020*”, para o período 2014/2020, em mar.2023 ainda estavam por executar financeiramente 3038 M€ (11,4%). O “*PRR*”, a terminar em 2026, em 7/6/2023, dos 16644M€, Portugal já tinha recebido 5142 M€ (30,9%) mas aos beneficiários finais só tinha chegado 1121M€ (6,7%).O“*PORTUGAL 2030*”, para 2021/27 com 23.000M€ ainda não começou a ser verdadeiramente executado. A degradação da Administração Pública associada à fragilidade da esmagadora maioria das empresas está a causar o atraso crescente do país

- A politica de baixos salários na Administração Pública e a ausência de carreiras dignas está a impedir a contratação de trabalhadores qualificados e com as competências que ela necessita, e contamina a politica de salários no setor privado, incentivando para que façam o mesmo, o que está a causar a fuga de quadros técnicos para o estrangeiro, que agrava o atraso do país

- Um exemplo apenas -TÉCNICO SUPERIOR DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA-níveis remuneratórios :1122,84€; 1333,35€; 1543,88€; 1 754,41€; 1 964,94€; 2 175,48€; 2 385,99 € ; 2 596,53 €; 2 755,84€; 2 916,89€; 3 077,94€ ;

- Para cerca de 75% os trabalhadores são necessários 10 anos para subir um nível remuneratório , devido a um sistema de avaliação injusto e anacrónico: avaliação por biénio. E é preciso somar 10 pontos para subir de nível remuneratório; apenas 25% dos trabalhadores podem ter avaliação relevante (4 pontos) e 5% do total dos trabalhadores pode ter avaliação excelente (6 pontos), os restantes 75% só podem ter, por imposição da lei, a avaliação de adequado (2 pontos) ou inadequado (-2 pontos), são necessários biénios para somar 10 pontos

A PARTE DOS ORDENADOS E SALÁRIOS NO PIB (*riqueza criada no país*): os anos em que a parcela da riqueza criada (PIB) que reverte para os trabalhadores sob a forma de ordenados e salários foi maior foram 1974, 1975 e 1976 (52,5%; 59% e 57,2% do PIB). A partir da entrada na Zona Euro (2002) verificou-se uma tendência de descida da parcela da riqueza criada que reverte para os trabalhadores só invertida pela pandemia que causou um quebra significativa do PIB e “escassez “ de mão de obra barata em parte atenuada pelo recurso a emigrantes

ANO	Ord. e Salários - Milhões esc.	PIB_pm-Milhões esc.	OS % do PIB	ANO	PIB-pm -M€	Ord.Sal-M€	OS % PIB
1970	104 106	212 358	49,0%	1995	89 029	33 443	37,6%
1971	118 278	245 768	48,1%	1996	94 352	36 052	38,2%
1972	137 751	289 955	47,5%	1997	102 331	39 002	38,1%
1973	162 368	342 817	47,4%	1998	111 353	42 280	38,0%
1974	213 138	405 744	52,5%	1999	119 603	45 964	38,4%
1975	276 981	469 776	59,0%	2000	128 414	49 476	38,5%
1976	321 305	561 947	57,2%	2001	135 775	52 505	38,7%
1977	369 080	722 257	51,1%	2002	142 554	54 818	38,5%
1978	429 916	893 364	48,1%	2003	146 068	55 995	38,3%
1979	504 889	1 135 905	44,4%	2004	152 248	57 601	37,8%
1980	634 724	1 476 316	43,0%	2005	158 553	59 506	37,5%
1981	777 194	1 773 726	43,8%	2006	166 260	60 979	36,7%
1982	940 675	2 144 820	43,9%	2007	175 483	63 582	36,2%
1983	1 104 946	2 740 339	40,3%	2008	179 103	65 454	36,5%
1984	1 227 233	3 365 099	36,5%	2009	175 416	65 573	37,4%
1985	1 472 337	4 131 014	35,6%	2010	179 611	66 245	36,9%
1986	1 753 399	5 048 501	34,7%	2011	176 096	63 627	36,1%
1987	2 058 175	5 948 432	34,6%	2012	168 296	58 772	34,9%
1988	2 433 314	7 100 357	34,3%	2013	170 492	59 014	34,6%
1989	2 963 223	8 388 429	35,3%	2014	173 054	59 456	34,4%
1990	3 533 078	10 072 063	35,1%	2015	179 713	61 180	34,0%
1991	4 210 922	11 549 381	36,5%	2016	186 490	63 490	34,0%
1992	4 830 118	12 984 390	37,2%	2017	195 947	67 200	34,3%
1993	5 027 475	13 579 306	37,0%	2018	205 184	71 223	34,7%
1994	5 253 880	14 722 964	35,7%	2019	214 375	75 436	35,2%
FONTE : Séries cronológicas - INE				2020	200 519	75 498	37,7%
				2021	214 471	80 062	37,3%
				FONTE: CPN - INE			

A QUEBRA ACENTUADA DAS POUPANÇAS DAS FAMILIAS EM % DO PIB (1/2 da media da U.E., e menos de 1/2 da Zona Euro) QUE SÃO OBRI-GADAS A RECORRER A ELAS FACE À QUEBRA SIGNIFICATIVA PERDA DO PODER DE COMPRA DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E DAS PENSÕES É UM INDICADOR DO AGRAVAMENTO DA CRISE POIS CAUSARÁ A REDU-ÇÃO DA PROCURA INTERNA ESSENCIAL PARA A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

POUPANÇA DAS FAMILIAS EM PERCENTAGEM (%) DO PIB- Eurostat

ANO	União Europeia	Zona Euro	Portugal
2013	11,76%	12,24%	9,36%
2014	11,62%	12,39%	6,78%
2015	11,56%	12,47%	6,95%
2016	11,83%	12,43%	7,03%
2017	11,57%	12,36%	6,57%
2018	11,69%	12,57%	6,76%
2019	12,39%	13,23%	7,21%
2020	18,61%	19,73%	11,91%
2021	16,56%	17,74%	9,87%
2022	12,99%	14,02%	6,08%

O FALSO DILEMA E OS DESAFIOS QUE SE COLOCAM AO PAÍS E AOS PORTUGUESES ENTRE AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, CRESCIMENTO ECONÓMICO, DESENVOLVIMENTO E AUMENTO DE SALÁRIOS E MELHORIA DA QUALIDADE DE EMPREGO- contributos para reflexão

- Para uns, para sair do ciclo vicioso em que se encontra o país, de atraso crescente em que Portugal está mergulhado há mais de um década quando se compara com a média da U.E. e da Zona Euro, e com os chamados “novos países, é preciso, em primeiro lugar, aumentar a produtividade, e só depois os salários e a qualidade do emprego. Para outros, a solução é inversa: deve-se já aumentar os salários e impor uma repartição mais justa da riqueza criada no país.
- É evidente, a experiencia já o provou, que o país não se desenvolve com base numa politica de baixos salários que causa a fuga para o estrangeiro ou para empresas estrangeiras dos trabalhadores mais qualificados e com maior competências, com uma Administração Pública em crescente degradação, e com cortes dramáticos do investimento público, que depois arrasta o investimento privado, para conseguir uma redução do défice orçamental a um ritmo 8 a 9 vezes superior à média da U.E. Tudo isto promove e mantém um perfil produtivo de baixa produtividade e de baixíssima intensidade tecnológica como se verifica, o que contribui para acentuar o atraso do país.
- Há que resolver o que parece ser insolúvel, que só o pode ser, a nosso ver, primeiro aproximando os salários em Portugal em % dos custos médios da mão de obra da U.E. (+21,7%) de forma a ser igual à % que o PIB per capita português representa do da U.E. e ao mesmo tempo uma forte investimento público, que arraste no mesmo sentido o investimento privado, e uma politica efetiva de melhoria da qualidade do emprego, de aumentos salariais que melhorem as condições de vida dos trabalhadores e uma politica de remunerações que permita atrair e reter os trabalhadores mais qualificados e com maior competências na Administração Pública e nas empresas, o que devia ser iniciado/implementado pelo Estado para dar o exemplo. Com o baíssimo investimento que se tem verificado tudo isto é impossível